

Editorial

Os *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade* chegam ao volume 19, número 1 (2014) comemorando sua inclusão integral ao portal de revistas da USP (www.revistas.usp.br/filosofiaalema). O presente número conta com onze textos (9 artigos e 2 resenhas), escritos por importantes pesquisadores nacionais e estrangeiros, por meio dos quais a revista visa estimular o debate sobre questões relevantes para a compreensão da modernidade filosófica. Para realizar esse projeto, os *Cadernos* não se circunscrevem, todavia, ao pensamento veiculado em alemão, mas busca também abrir espaço para textos acadêmicos sobre autores que contribuem de alguma forma para o aprofundamento da problemática ligada às noções de *crítica e modernidade*.

O volume que o leitor recebe agora é resultado dessa proposta. O texto que o inaugura traz uma análise do conceito kantiano de autonomia empreendida por uma das mais expoentes intérpretes de Kant na contemporaneidade, seguido de uma discussão sobre o tema da institucionalização em Hegel, feita por uma destacada pensadora francesa. Os dois textos seguintes enfatizam problemas filosóficos contemporâneos, colocando em questão aspectos da teoria da justiça de Amartya Sen e a atualidade do pensamento político de Hannah Arendt. Na sequência, trazemos três artigos sobre temas relevantes da filosofia de Kant: o vínculo entre distração e elaboração conceitual, o nexó entre esclarecimento e educação moral e a doutrina kantiana da autoafecção. Os conceitos de razão e entendimento em Jacobi, por sua vez, são tema do oitavo artigo dessa seção, que é encerrada com uma interessante análise crítica da tradução do termo freudiano *Trieb* por “instinto”. A seção de resenhas traz uma análise sobre o livro de Pedro Paulo Pimenta *A Imaginação Crítica, Hume no século das Luzes*, e

outra sobre o livro *Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania* de Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani, ambos publicados em 2013.

No primeiro artigo, “Autonomia, pluralidade e razão pública”, Onora O’Neill analisa a concepção kantiana de autonomia propondo-se a pensá-la como uma concepção de razão prática também fundamental para a moralidade. Trata-se, dentre outras coisas, de defender que Kant procura mostrar não apenas como o pensamento e a ação podem proceder sem tutoria externa, submissão ou obediência, mas também como podem incorporar certos modelos que possuem autoridade para a comunicação e a crítica. O requisito para o exercício da razão é estruturar o pensar e o fazer de maneiras que sejam legiformes ao invés de arbitrárias e, portanto, passíveis de serem seguidas por outros. Traduzido por Monique Hulshof e André Assi Barreto, este artigo apresenta uma leitura atual e extremamente produtiva do conceito kantiano de autonomia, cuja publicação em português é, sem dúvida, de grande valia para os estudos kantianos no Brasil.

O segundo artigo, assinado por Catherine Colliot-Thélène, versa sobre o tema da institucionalização na filosofia política de Hegel. Mais do que uma análise acurada do tema a partir dos *Princípios da Filosofia do Direito*, a autora pretende também, em contínuo diálogo com Axel Honneth, destacar a atualidade das reflexões de Hegel sobre o tema, não apenas no que concerne às vantagens da institucionalização, mas também aos seus limites. Inédito, o texto ganhou tradução de Bruno Rosa especialmente para este número.

No texto seguinte, Denílson Werle questiona aspectos da crítica de Amartya Sen à teoria da justiça de J. Rawls ao mesmo tempo em que mobiliza o arsenal teórico rawlsiano para defender, contra Sen, que o objeto primário de uma teoria da justiça não deve ser os indivíduos e suas capacidades, mas a estrutura básica da sociedade. De acordo com Werle, para ser capaz de fazer um diagnóstico das injustiças e vulnerabilidades existentes,

uma teoria crítica da justiça deve ter como ponto de partida a posição real das pessoas no mundo, seus contextos de socialização e relações sociais de interdependência. O objeto primário de uma teoria da justiça deve ser, portanto, a estrutura básica da sociedade, já que, formada pelas principais instituições sociais, econômicas e políticas, ela remete aos contextos intersubjetivos das relações interpessoais de cooperação social e de socialização que são determinantes na vida concreta das pessoas, principalmente para a realização igual de suas liberdades e a formação do sentido interno do que significa ser autônomo.

Paulo Bodziak Junior, no quarto artigo, propõe uma leitura das categorias arendtianas, com ênfase na distinção entre o social e o político, que evita compreensões e oposições rígidas, sem, contudo, eliminar a sua diferenciação. Com isso, o autor defende a atualidade e vitalidade do pensamento arendtiano, ao mesmo tempo em que se opõe às críticas recorrentes de que a filosofia política de Arendt não ofereceria recursos para lidar com os desafios da política moderna e, mais ainda, de que reiteraria a hierarquia de gênero.

“Georg Friedrich Meier e os paraísos artificiais de Immanuel Kant” é o título do quinto artigo deste volume, no qual Márcio Sukuzi explora o vínculo entre distração e elaboração conceitual resgatando a relação existente, para Kant, entre os atos de fumar cachimbo e meditar. O autor mostra que Kant aprendeu com Meier a articulação metodológica entre meditação e distração, condizente com a ideia de que o trabalho de descoberta e invenção conceitual está ligado a um alargamento da mente, a uma expansão em direção à cultura e à sensibilidade indispensáveis para a reflexão. Para a meditação filosófica e a concentração que ela exige, seria menos benéfico ensimesmar-se do que ouvir música, frequentar a sociedade e fumar, atos de distração voluntária que contribuem para a ampliação do conhecimento.

Em “Kant: Esclarecimento e Educação Moral”, Edmilson Menezes se debruça sobre o tema da educação na filosofia iluminista para, em seguida, avaliar o nexos entre esclarecimento e educação moral em Kant. O autor mostra que não é possível pensar um homem esclarecido que não seja educado, e tampouco pensar que alguém educado não busque esclarecer-se. É este círculo, que remete a educação ao esclarecimento e o esclarecimento à educação, que garantiria uma continuidade capaz de aprimorar incessantemente o ideal moral de humanidade.

Retomando passagens centrais da Estética e da Analítica Transcendental da *Crítica da razão pura*, Matías Oroño, no sétimo artigo, sustenta a tese de que a doutrina kantiana da autoafecção dá lugar a uma consciência meramente subjetiva do tempo, distinta das determinações temporais objetivas. Propondo uma distinção entre autoafecção *a priori* e autoafecção empírica - a primeira entendida como a tomada de consciência da própria forma da intuição e a segunda como a tomada de consciência do fluxo de representações mentais dadas no sentido interno -, o pesquisador argentino conclui que essa distinção reafirma a consistência interna da doutrina kantiana da objetividade, mostrando que aquilo que afeta o sujeito não é senão aquela mesma atividade do entendimento de reunir a multiplicidade sensível que possibilita a experiência.

Em “Crença, razão e entendimento segundo o realismo de F. H. Jacobi”, Thiago Magalhães lança luz sobre a filosofia de Jacobi com o objetivo de mostrar como conceitos centrais de sua filosofia, tais como “razão”, “entendimento”, “sensibilidade” e “coisa-em-si”, são formulados através da crítica ao idealismo kantiano e reconsiderados a partir da tese segundo a qual a *crença* é a base de todo conhecimento. Desse modo, Magalhães pretende mostrar que, a despeito de permanecer uma figura de certo modo secundária na história da filosofia (por vezes lembrado apenas por sua participação na *querela do panteísmo*), Jacobi tem um ponto de vista filosófico próprio, a

partir do qual sua crítica realista ao esclarecimento reelabora e rearticula os conceitos centrais da filosofia crítica.

A seção de artigos chega ao fim com “Fantasia, analogia e narcisismo: um argumento contra a tradução de *Trieb* por instinto”, artigo em que Léa Silveira se posiciona no debate atual sobre a tradução da obra freudiana no Brasil questionando a tradução do termo *Trieb* por “instinto”. A autora empreende uma exegese dos textos de Freud para mostrar o equívoco desta opção de tradução, que seria correlata à redução dos principais conceitos freudianos à biologia. Além disso, também apoiada em recurso exegético, a autora questiona o argumento utilizado para sustentar a tradução de *Trieb* por “instinto”, segundo o qual a sua distinção não seria mais do que manifestação do narcisismo humano de se julgar superior ao animal.

Maria Isabel Limongi faz a resenha do livro *A Imaginação Crítica, Hume no século das Luzes*, de Pedro Paulo Pimenta (Rio de Janeiro: Azougue/ Pensamento Brasileiro, 2013), que reúne uma série de ensaios inéditos e outros anteriormente publicados, acrescidos da tradução de trechos da correspondência de Hume. O autor pretende fornecer indicações do modo como Hume abordou e compreendeu temas que permanecem relevantes, tais como a linguagem e suas relações com o pensamento e a vida em sociedade; o lugar da filosofia entre as artes e as ciências; o papel das artes na formação do caráter dos homens e a possibilidade de conciliar instrução e prazer na prática das ciências. Em sua resenha, Limongi sugere que o livro tem uma unidade que está em tratar desses temas a partir da importância que Hume concedeu às questões de estilo e aos modos de expressão, aos diferentes gêneros de discurso e seus diversos efeitos sobre os homens. A autora, que ressalta o belo retrato que Pimenta faz com erudição e cuidado de David Hume, não deixa de questionar, contudo, se a opção por priorizar as questões de estilo não teria levado Pimenta a negligenciar aspectos importantes da filosofia humana.

Rúrion Melo, por fim, resenha o livro *Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania* de Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani (São Paulo: Unesp, 2013). Melo destaca um aspecto peculiar da abordagem teórica proposta no livro que diz respeito à investigação, do ponto de vista de uma teoria crítica da sociedade, dos efeitos morais e políticos sobre os beneficiários do programa Bolsa Família a partir de uma concepção de autonomia individual baseada no *capability approach* desenvolvido por Amartya Sen e Martha Nussbaum. Trata-se de mostrar que o BF pressupõe uma correlação fundamental entre renda em dinheiro e autonomia individual, sendo esta, segundo Melo, a tese central do livro. Os autores não se limitam a avaliar os efeitos colaterais provocados pela pobreza no Brasil apenas em termos objetivos e institucionais, mas, ao ouvir as vozes dos excluídos, explicitam a injustiça moral vivida pelas pessoas que carecem de um grau mínimo de autonomia. Com isso, a pesquisa mostra que o recebimento da renda monetária regular é muito mais do que garantia à manutenção da vida, pois traz consigo transformações éticas, sociais e políticas imprescindíveis, além de ter efeitos importantes do ponto de vista das relações de gênero, na medida em que pode ser um mecanismo para desnaturalizar as relações patriarcais dominantes e dar início a processos de libertação das mulheres diante do controle masculino familiar.

Como anunciamos na edição anterior, reconfiguramos a publicação em dois aspectos: ampliamos o nosso Conselho Editorial e passamos a acolher um número maior de contribuições. Para dar continuidade à nossa proposta de aprimorar ainda mais a qualidade da revista, incentivamos nossos leitores a contribuir também nesta nova etapa, por meio da submissão de textos e da divulgação da chamada de artigos.